

Pós-graduação no Brasil e nos Estados Unidos: Uma análise comparativa

Graduate studies in Brazil and in the United States: A comparative analysis

ROBERT E. VERHINE*



RESUMO – Este artigo compara a pós-graduação (PG) no Brasil e nos Estados Unidos de modo a demonstrar que o mestrado e o doutorado brasileiros não são cópias de programas americanos, como freqüentemente posto, mas, sim, resultados da combinação dos modelos americano e francês, ajustados às circunstâncias brasileiras. O trabalho descreve esses dois modelos, relata as experiências históricas americana e brasileira em relação à pós-graduação e discute fatores que diferenciam programas de PG nos dois países. Na conclusão, o autor afirma que o modelo “híbrido” desenvolvido no Brasil integra com êxito dois modelos tradicionais de forma complementar, produzindo sinergias valiosas.

Descritores – Pós-graduação americana; pós-graduação brasileira; educação comparada.

ABSTRACT – This article compares graduate study in Brazil and the United States in order to demonstrate that master and doctoral programs in Brazil are not copies of those offered in the US, as is often posited. Rather, they result from a combination of American and French models, adjusted to Brazilian circumstances. The article describes the two models, reviews the history of graduate education in the US and Brazil and identifies and explains factors that differentiates graduate programs in the two countries. The author concludes by affirming that the “hybrid” model developed in Brazil successfully integrates the two traditional models in a complementary manner, producing valuable synergies.

Key words – American graduate education; brazilian graduate education; comparative education.

INTRODUÇÃO

É a pós-graduação em educação no Brasil uma cópia daquela que é oferecida nos Estados Unidos? É verdade que a reforma universitária de 1968 modelou as universidades brasileiras, em geral, e a pós-graduação em educação, em particular, com base na experiência dos Estados Unidos. Mas ao mesmo tempo, aqueles que estudam em ambos os países reconhecem diferenças. Algumas são bem pequenas, outras são mais substanciais, mas todas elas podem ser compreendidas a partir do fato de que a pós-graduação em educação no Brasil tem sido influenciada, não por um, mas por dois modelos, um tradicionalmente associado à Europa e o outro conectado com os Estados Unidos.

O modelo europeu tem sido descrito como um modelo de aprendizagem e como uma abordagem tutorial. O centro é o professor-orientador. O doutorado

é uma aprendizagem que se adquire como parte da carreira acadêmica, tradicionalmente limitada àqueles que já estão empregados nas universidades. Como resultado, na Europa não há obstáculos formais como nos Estados Unidos, apenas o desenvolvimento supervisionado e a defesa de uma tese ou dissertação final (defendida publicamente). O processo é muito personalista e individualizado. O programa de estudo é formulado para o estudante pelo supervisor, e o primeiro é submetido aos desejos e preferências do segundo.

O modelo americano tem sido denominado um modelo profissional, um modelo organizacional, uma abordagem dirigida pelo curso ou programa e não pelo professor. Os estudantes são formalmente matriculados em um programa de pós-graduação e devem seguir um plano estruturado que envolve a acumulação de créditos/cursos (conferências, seminários, obrigatórios e eletivos), exames (qualificação, compreensivos, preliminares)

* Ph.D. em Educação. Diretor do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público da UFBA. O autor agradece a colaboração da Profª Ana Lúcia Magalhães na tradução do texto de inglês para português. E-mail: <verhine@ufba.br>. Artigo recebido em: agosto/2007. Aprovado em: setembro/2007.

e um trabalho supervisionado de tese (*dissertation*), resultando em uma defesa oral (mas não necessariamente pública). Observe que quando afirmamos que a abordagem americana é profissional, não é porque profissionaliza, mas porque o professor assume seu papel como um profissional, vendo seu relacionamento com os estudantes de pós-graduação como uma responsabilidade profissional e não como um envolvimento pessoal.

Estes dois modelos são produtos do desenvolvimento histórico das universidades na Europa e nos Estados Unidos. Na Europa, as universidades foram criadas a partir das corporações de professores. O professor era o centro da aprendizagem. A palavra faculdade aplica-se simultaneamente a um grupo de professores (como é usado correntemente nos EUA) e a um agrupamento físico de professores e estudantes (como usado no Brasil). A partir do sistema focalizado no professor foi criado o conceito de Professor Catedrático, noção essa que prevaleceu nas universidades brasileiras até a reforma de 1968. O Professor Catedrático era responsável por uma área específica de conhecimento e assistentes e associados trabalhavam sob sua direção personalista e autocrática.

Nos Estados Unidos, as universidades (ou, mais apropriadamente faculdades) foram estabelecidas por grupos religiosos juntamente com governos coloniais. Eram criadas para promover interesses religiosos e cívicos de toda a comunidade, através da formação de líderes (especialmente clero) que eram disciplinados segundo uma concepção moral e intelectual. Instituições de ensino superior foram modeladas de acordo com a abordagem das artes liberais que prevaleceram na Inglaterra, com ênfase no conhecimento geral em áreas tradicionais de conteúdo como línguas clássicas, matemática, filosofia, e retórica. Sua criação deu-se a partir do topo, dirigidas por um Conselho de Curadores (ou governadores ou regentes), que selecionava o presidente que, por sua vez, estabelecia a universidade como um órgão administrativo. A partir desse modelo de gestão, foi desenvolvido o conceito de departamento (contrário ao de professor catedrático) como sendo a unidade central da universidade. Como resultado, o poder do professor universitário é bem mais limitado. Ele não se constitui em um centro autônomo da atividade universitária. Ao invés disso, ele é visto como um membro de uma burocracia profissionalizada, submetido a normas e regulamentos institucionais.

A EXPERIÊNCIA AMERICANA

Como registrado acima, a educação superior nos Estados Unidos foi originalmente modelada segundo a abordagem das artes liberais pioneira na Inglaterra. Os estudos de pós-graduação nos EUA, contudo, foram

introduzidos mais tarde, no período em o país estava se transformando em uma sociedade urbana e industrial. Líderes ricos e poderosos homens de negócios desejavam uma nova forma de educação superior que pudesse servir mais efetivamente aos interesses da sociedade moderna, capitalista. Em meados do século XIX, estes indivíduos estavam enamorados da “*universidade de pesquisa*” da Alemanha e tentaram importar a experiência alemã para o solo americano. A primeira universidade de pesquisa do estilo alemão foi a Universidade Johns Hopkins, estabelecida em Baltimore, em 1876 por um banqueiro muito rico. Esta instituição conferiu seu primeiro Ph.D. dois anos mais tarde. Seu primeiro grupo de estudantes de pós-graduação incluiu Woodrow Wilson, mais tarde Presidente dos Estados Unidos, e John Dewey, um dos mais importantes educadores de todos os tempos. O modelo de universidade de pesquisa foi rapidamente consagrado quando Harvard, a universidade mais antiga da nação e a de maior prestígio, o adotou no início dos anos de 1880. Logo depois, outros poderosos industriais, seguindo o exemplo de Sr. Hopkins, criaram suas próprias universidades baseadas no modelo de pesquisa. Um exemplo foi a Universidade de Chicago, criada em 1888 pelo barão do óleo John D. Rockefeller e outra foi a Universidade de Stanford, fundada em 1911, pelo construtor de ferrovias Leland Stanford. As Universidades públicas, mais recentemente criadas e que haviam sido originariamente estabelecidas em terras doadas pelo estado, através do governo federal, para promover agricultura avançada e estudos de mecânica, rapidamente se reestruturaram a partir desses exemplos. Desde modo, tais instituições públicas como a Universidade da Califórnia, a Universidade de Wisconsin e a Universidade de Michigan tornaram-se importantes estabelecimentos focalizados na pesquisa no início do século XX.

Vale notar que os graus de doutorado e mestrado foram concedidos antes deste período, mas não como parte de um programa formalizado e estruturado. Graus de mestre foram outorgados por Harvard, no século XVII, mas não foram conseguidos através de estudos sistemáticos. Ao contrário, eles foram conferidos a professores e clérigos, vários anos após a graduação, em reconhecimento aos seus serviços prestados à comunidade.

É interessante observar que apesar do crescimento da universidade de pesquisa na parte final do século XIX, a expansão dos estudos de pós-graduação foi muito lenta nos Estados Unidos. Em 1910, os EUA estavam concedendo apenas 400 títulos de Ph.Ds por ano (comparado a 46.000 hoje) e 80% destes concluintes eram de somente 14 universidades. Dois fatores foram cruciais na proliferação, registrada mais tarde, da escolaridade pós-graduada nos EUA. Um foi a criação, nos anos 20,

de um programa nacional de bolsas para estudantes da pós-graduação financiado pela Fundação Rockefeller. Outro, foi uma lei, aprovada em meados dos anos 40, que autorizava os veteranos da II Guerra Mundial a estudar em cursos de pós-graduação à custa do governo federal.

Apesar de referenciados na abordagem alemã, os programas de pós-graduação dos EUA não foram cópias do sistema alemão. Ao contrário, eles foram adaptados, levando-se em consideração aspectos relacionados à história e cultura dos EUA. Uma diferença chave, entre as abordagens americana e alemã, é o fato de que nos Estados Unidos os estudos relativos ao Ph.D. foram superpostos aos programas de estudo de graduação, já existentes. Na Alemanha, o Ph.D. era o primeiro grau. Ser um Ph.D. era ser graduado por uma universidade de pesquisa. Nenhuma distinção era feita entre estudos de graduação e de pós-graduação. Em contraste, universidades e faculdades americanas foram construídas em torno da educação das artes liberais (com todos os cursos localizados em uma única faculdade), tendo por base a disciplina mental, através da aprendizagem clássica. Deste modo, o Ph.D. era visto como um grau avançado (pós-graduação), planejado para aqueles que já tinham completado as artes liberais, na fase da graduação.

A segunda diferença entre a Alemanha e os Estados Unidos é a de que a universidade alemã adotou o sistema do Professor Catedrático, enquanto que nos EUA os programas de pós-graduação foram baseados no modelo organizacional, com a estrutura hierarquizada (administração de cima para baixo e sistema departamental) já existente nas universidades americanas naquela época. A abordagem programática para os estudos de pós-graduação foi fortalecida quando, em 1900, o Presidente de Harvard, Charles Elliot organizou um encontro das 14 maiores universidades de pesquisa para “proteger a integridade” do Ph.D. A partir do encontro, foi criada a *American Association of Universities*, que buscou padronizar os estudos de Ph.D., estruturando-os em uma seqüência de etapas que envolvem cursos, exames escritos e orais e uma tese baseada em pesquisa original.

A questão da padronização coloca em evidência outra diferença entre os modelos de universidades dos EUA e Alemanha. No final dos anos 1800, as universidades alemãs eram organizações mantidas pelo Estado. Era o Estado que estabelecia as normas de padronização e de manutenção da qualidade. Nos EUA, contudo, o papel do Estado, mesmo com respeito às instituições públicas, era muito mais limitado. Deste modo, os processos de padronização e de avaliação eram desenvolvidos por organizações voluntárias ao invés de entidades governamentais.

Por fim, uma sutil diferença, entre as abordagens para o estudo de pós-graduação nos EUA e Alemanha,

era a ênfase dada à pesquisa aplicada e prática no primeiro país em oposição à ciência pura e básica enfatizada no segundo. A abordagem americana procede, considerando o contexto no qual a pesquisa universitária foi inicialmente implantada. Como registrado anteriormente, as universidades de pesquisa nos EUA foram criadas por capitalistas americanos, interessados em instituições modernas orientadas para servir aos interesses e solucionar problemas práticos de uma sociedade baseada no desenvolvimento industrial promovido através da iniciativa privada.

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

A universidade brasileira foi originalmente baseada no modelo europeu e, especialmente, no modelo francês, com foco nas escolas profissionais, organizadas em torno de professores catedráticos (ao invés de departamentos). Neste contexto, alguns poucos cursos de doutorado foram criados pelas principais universidades no país (como a USP), mas o estudo pós-graduado era essencialmente visto como uma aprendizagem para aqueles já integrados à comunidade acadêmica. O doutorado era obtido pela defesa de uma tese (tipicamente preparada sem orientador), diante de um comitê de professores catedráticos. Este modelo foi mudado, como parte da reforma universitária de 1968, realizada no conjunto do acordo MEC/USAID, a partir de uma proposta original produzida por um grupo de trabalho integrado por brasileiros e por americanos. Assim, não é surpreendente que a proposta tenha buscado transformar as universidades com base no modelo francês em universidades fundamentadas no modelo americano. Todas deveriam se transformar em instituições de pesquisa. O sistema de professor catedrático foi substituído pela estrutura departamental, e, para assegurar a criação de programas de pós-graduação, foi determinado que os professores assistentes deveriam ter o grau de mestre e os adjuntos o de doutor. Esta nova ênfase na pesquisa e na titulação formal provocou uma rápida proliferação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, coordenados e (depois de 1980) avaliados pelo Ministério da Educação, através da CAPES. A legislação nacional estipulava que tais programas de pós-graduação também deveriam seguir o modelo americano, composto de uma combinação de curso/créditos, exames e uma dissertação supervisionada.

Mas, da mesma forma como aconteceu nos Estados Unidos, a tentativa de adotar um modelo estrangeiro foi afetada pelas adaptações influenciadas pelas experiências anteriores. Deste modo, hoje, a educação pós-graduada no Brasil é o resultado da combinação dos modelos americano e francês ajustados às circunstâncias particulares. Enquanto superficialmente os programas

brasileiros de pós-graduação parecem ser cópias dos programas dos EUA, realmente isto não acontece. É instrutivo rever algumas diferenças sutis, contudo essenciais, entre programas de pós-graduação nos dois países.

DIFERENÇAS ENTRE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

A pós-graduação nos Estados Unidos foi originalmente desenvolvida em torno do Ph.D. O grau de mestre era inicialmente reservado para os professores das escolas de nível médio. Foi apenas no início do século XX que o mestrado e o doutorado foram vistos como parte de um único programa, com o primeiro potencialmente servindo como um degrau para se obter o seguinte. Os programas brasileiros de pós-graduação, em contraste, iniciam com foco no nível de mestrado. A política governamental determinava que as universidades teriam permissão para formalizar estudos de doutorado apenas quando já tivessem um programa de mestrado consolidado. Esta política teve um sentido: primeiro, porque a criação de programas de qualidade doutoral leva tempo e segundo, porque o grau de mestre, e não o doutorado, é que foi considerado requisito para entrar na universidade como membro do corpo docente. Deste modo, programas de doutorado no Brasil tendem a ser muito mais recentes que os programas de mestrado, e em instituições como a UFBA, por exemplo, há quase três vezes mais cursos de mestrado que doutorado (42 × 17). No Brasil, acima de 95% de todos os estudantes de doutorado têm o grau de mestre. Nos EUA, é muito comum que alguém entre diretamente em um programa de doutorado sem obter o grau de ME (uma prática que ainda não está generalizada no Brasil).

Isto sugere uma segunda diferença entre a educação pós-graduada nos dois países: a natureza e o papel do mestrado. No Brasil, o mestrado foi criado como um grau de entrada para o ensino universitário e, por isso, tende a ser de natureza altamente acadêmica, requerendo, por exemplo, a defesa de uma dissertação acadêmica. Apesar de esforços recentes para criar programas de mestrado profissional, mestrados não acadêmicos são ainda muito raros. Nos Estados Unidos, em contraste, o mestrado nunca foi visto como uma porta de entrada para a profissão acadêmica. Hoje, nos EUA, os programas que conferem o grau de mestre servem para alcançar, pelo menos, quatro propósitos: eles podem representar (1) um degrau em direção ao doutorado; (2) um prêmio de consolação para aqueles que perderam o exame de qualificação; (3) um nível final para uma área de conhecimento nova e ainda não consolidada; (4) um grau

de formação profissional. Mestrados acadêmicos × profissionais nos EUA podem ser identificados pela sua denominação. Enquanto um mestrado acadêmico é tradicionalmente referido como um M.A. (Mestre em Artes) ou um M.S. (Mestre em Ciências), os mestrados profissionais são denominados pelo M + profissão, tais como, M.Ed. (Mestre em Educação), MBA (Mestre em Administração e Negócios), MPH (Mestre em Saúde Pública) e MSW (Mestre em Trabalho Social).

Por causa dos seus diferentes propósitos, os mestrados americanos freqüentemente não exigem uma dissertação. Uma alternativa comum de produto final inclui a apresentação de uma monografia, uma coletânea de trabalhos resultantes das disciplinas cursadas, e/ou a aprovação no exame compreensivo. Naqueles casos em que uma dissertação (*thesis*) é requerida, o foco consiste, usualmente, em mostrar a literatura existente sobre um assunto ao invés de um relatório original de pesquisa. Um resultado da não exigência de uma dissertação acadêmica é que o mestrado, usualmente, pode ser concluído mais rapidamente nos EUA que no Brasil.

Nos Estados Unidos, como no caso dos mestrados, os doutorados são também diferenciados. Todos os cursos de doutorado no Brasil são formalmente acadêmicos, orientados para a pesquisa científica. No contexto dos Estados Unidos a distinção é feita entre o doutorado acadêmico (Ph.D.), o doutorado profissional (EDD; DPH; DSW; etc) e o primeiro grau profissional (MD.; LLB; DDS; DPHARM; etc). Os dois primeiros são acadêmicos uma vez que requerem uma tese e, por isto, são reconhecidos como equivalentes academicamente pela Academia Nacional de Ciências. O primeiro coloca grande ênfase na produção de uma pesquisa original e o segundo na preparação para a liderança profissional. Os primeiros graus profissionais, por outro lado, são estritamente profissionais, não acadêmicos. Apesar da exigência de estudo em nível de pós-graduação com duração de três a quatro anos, eles não exigem a produção de um documento escrito final, avaliado segundo critérios acadêmicos. Nos EUA, nos referimos àqueles com um MD (Doutor em Medicina) e DDS (Doutor em Odontologia) como Dr., mas o título é estritamente profissional. Estes indivíduos não são reconhecidos como “doutores” pela comunidade acadêmica/científica.

É importante notar que nos EUA a determinação do que é e do que não é “reconhecido” não ocorre dentro do domínio governamental. No Brasil, por outro lado, o reconhecimento e a avaliação dos programas de pós-graduação são realizados pelo Ministério da Educação (através da CAPES) e do Conselho Nacional de Educação. Todos os programas de pós-graduação são classificados em uma escala de 1 a 7 por comitês aca-

dêmicos formalmente constituídos e patrocinados pela CAPES. Nos EUA, em contraste, não há um sistema oficial para julgar os cursos de pós-graduação. As universidades são credenciadas e periodicamente avaliadas nos níveis de ensino de graduação e pós-graduação por associações regionais, que reúnem instituições voluntárias que lhes dão suporte financeiro através do pagamento de anuidades. Essas associações, contudo, não dão “notas” aos programas, nem publicam os resultados das suas análises institucionais. Deste modo, nos EUA as classificações nacionais que são disponibilizadas para a consulta do público. Em geral elas são produzidas por uma variedade de grupos e entidades não oficiais, incluindo organizações profissionais, a imprensa popular e os acadêmicos, especialistas no assunto. Como resultado, encontra-se um “*potpourri*” de diferentes classificações que, como um todo, usam uma ampla variedade de metodologias, gerando, algumas vezes, resultados bastante divergentes. O primeiro estudo compreensivo moderno que apresentou uma classificação das universidades dos EUA foi o estudo Kenniston, publicado em 1959. A Universidade de Illinois oferece um serviço na internet que ajuda a identificar os vários serviços de classificação e as diferentes metodologias utilizadas (ver: www.uiuc.edu). Hoje a mais popular e influente das classificações de programas de pós-graduação está disponibilizada pela revista **USNews**, que publica seus “*rankings*” anualmente para o consumo público (ver: www.usnews.com). Este serviço considera um grande número de variáveis, dos tipos reputacional e estatística, incluindo, com relação à última, indicadores relacionados à seletividade dos estudantes, produção dos professores, infraestrutura universitária e financeira, entre outros.

Obviamente, é preciso ser muito cuidadoso na interpretação dos vários “*rankings*” americanos que estão disponíveis, porque os procedimentos e indicadores podem variar amplamente. Também, há uma grande diferença entre as classificações dos programas de graduação e pós-graduação, porque, por exemplo, há diferenças no peso relativo dado à seletividade dos estudantes e produção científica. Fiquei surpreso ao tomar conhecimento, através da publicação *US News*, que na classificação das instituições de nível doutoral nenhuma instituição pública se situa entre as primeiras 19 (UC Berkeley estava no número 20). Mas, então percebi que todos os indicadores de *US News* pertencem ao nível de graduação, tais como: escores do SAT, razão estudantes/professores e escore de retenção dos recém ingressos. Quando os indicadores que são relevantes para o estudo de pós-graduação são usados, tais como recursos para pesquisa e publicações acadêmicas, as instituições públicas têm melhor classificação, com pelo

menos quatro delas (UC Berkeley, UCLA, Michigan e Wisconsin) classificadas entre as 10 primeiros. Também, pode-se notar que os “*rankings*” variam grandemente de uma área de conhecimento para outra. Universidades com a melhor reputação, em geral, não são necessariamente as melhores em áreas específicas. Em Comunicação, por exemplo, a lista das melhores instituições inclui a Universidade de Missouri, a Universidade de Kansas, e a Universidade de Northwestern. Em Educação, a número cinco da lista da **USNews** é Vanderbuilt e a número sete é a Universidade de Oregon.

Há muitas outras diferenças entre programas de pós-graduação nos EUA e Brasil. Algumas estão relacionadas ao funcionamento interno do programa de doutorado. A este respeito, é útil discutir brevemente sobre: admissão, exames de qualificação, os comitês de teses/dissertações e o processo de aprovação de teses/dissertação.

Admissão

No Brasil, um projeto de pesquisa é requerido para admissão em um programa de doutorado; nos EUA, raramente esta é uma exigência, pois não se espera que o doutorando focalize sua tese antes de ser aprovado no exame de qualificação. Esta diferença diz respeito aos aspectos do mestrado discutidos acima. Como foi registrado, no Brasil, o mestrado é a credencial de entrada para o ensino na educação superior e, desse modo, usualmente exige uma dissertação baseada numa investigação científica, o que, supostamente, prepara o pretendente ao doutorado para escrever um bom projeto de pesquisa. Nos EUA, poucos programas de formação de mestres requerem um relatório de pesquisa e muitos que entram no doutorado o fazem sem antes passar por um programa de mestrado. Assim sendo, nos Estados Unidos a formulação do projeto de pesquisa é vista como uma etapa do doutorado e, por essa razão, não há expectativa de que ele possa ser exigido até que o estudante tenha completado seus requerimentos formais de curso/crédito.

Exames de Qualificação

Os exames de qualificação são menos formalizados no Brasil que nos Estados Unidos, que em contraste com os deste país, usualmente não inclui um componente escrito. Eles tipicamente envolvem não mais que uma defesa oral da proposta de dissertação ou da versão preliminar da dissertação. Sobre esta questão, o modelo brasileiro se aproxima do europeu pelo fato de colocar ênfase na relação do orientador/orientando e minimizar a importância dos obstáculos programáticos pré-estruturados.

Comitê de Tese/Dissertação

Também refletindo o modelo europeu, observa-se a ausência nos programas brasileiros de um comitê de tese/dissertação. O único comitê envolvido é aquele que avalia o produto final (a banca examinadora). Novamente no Brasil, como na Europa, o papel tutorial do orientador individual é enfatizado. Nos EUA, a importância do orientador é reduzida, uma vez que existe a expectativa de que ele ou ela compartilhe as responsabilidades da orientação com outros.

Defesa da Tese/Dissertação

De modo similar, como na Europa, no Brasil, a avaliação final da tese/dissertação envolve uma defesa pública. Nos Estados Unidos, tal defesa quase nunca é requerida. O estudante ou defende seu trabalho num encontro fechado diante de um comitê ou simplesmente obtém a assinatura de cada um dos seus membros. A base do raciocínio que dá suporte à idéia da defesa pública é a de que quando a tese ou dissertação é produzida num ambiente individualizado e personalista, sua qualidade precisa ser ratificada pela comunidade como um todo. Nos EUA, a lógica é de que a estrutura formal do curso, envolvendo uma seqüência de avaliações (via cursos, exames e comitê supervisor), se constitui na garantia de qualidade. De acordo com este pensamento, uma defesa pública é considerada desnecessária. Também, deve ser lembrado que a síndrome “publicar ou perecer” praticada nas universidades americanas cria incentivos para minimizar o tempo que os professores têm disponível para gastar em formalidades. Deste modo, outra razão para não requerer a defesa formal nos EUA é que, na opinião de muitos professores, a mesma consome tempo demais.

Assim, como é possível observar, muitas diferenças entre os modelos da educação pós-graduada nos EUA e Brasil estão relacionadas ao fato de que, no Brasil, aspectos de dois diferentes modelos, da França e dos Estados Unidos, foram incorporados. Uma similar interpretação histórica pode ser usada para explicar porque certos termos relacionados à universidade usados em inglês não correspondem precisamente ao termo usado em português. Por exemplo, “*faculty*” não é faculdade, mas corpo docente. “*College*” não é colégio, mas ao contrário, faculdade. A “*dissertation*” é a tese; a “*thesis*” é a dissertação. “*Graduate study*” refere-se à pós-graduação, não à graduação (que nos EUA é referido como “*undergraduate study*”). Não tomarei tempo aqui para buscar os fundamentos históricos de cada uma dessas falsas cognatas. Na maior parte dos casos, contudo, elas podem ser determinadas pelo fato de a educação superior nos EUA ter adotado e adaptado, inicialmente, a abor-

dagem inglesa das artes liberais e, depois, transplantado uma adaptação do modelo universitário alemão. No Brasil, a primeira adoção foi a do modelo francês, sendo mais tarde superposto a ele o modelo americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, nós podemos afirmar que o mestrado e o doutorado no Brasil não são precisamente cópias de programas encontrados nos EUA. Apresentamos aqui um clássico exemplo de “adoção internacional”, atenuado pela adaptação à luz das circunstâncias e experiências históricas. O mestrado brasileiro aproxima-se do modelo americano de Ph.D., enfatizando um elenco curricular estruturado e concluindo com uma dissertação (*dissertation* – apropriadamente refere-se ao mesmo nome do produto final do Ph.D). Isto é compreensível porque foi o mestrado, não o doutorado, que nasceu diretamente dos acordos USAID/MEC. O doutorado brasileiro, por outro lado, aproxima-se do modelo europeu de aprendizagem. Novamente, isto faz sentido. Desde que o mestrado é altamente estruturado e muitas vezes um pré-requisito para o doutorado, a rígida organização do Ph.D. americano é considerada desnecessária no contexto brasileiro. Também, é importante lembrar que o modelo de doutorado baseado na experiência francesa, com sua abordagem tutorial, já existia no Brasil antes da introdução do modelo americano via a reforma de 1968.

No prefácio que escrevi em maio de 1993, para o livro de autoria de Edivaldo Boaventura, *As Etapas do Doutorado*, concluía assim:

Existe atualmente no Brasil uma busca na integração dos dois modelos, fazendo com que se aproveitem os pontos fortes de cada uma deles. Não há, no entanto, um consenso de como essa abordagem brasileira seria na prática.

Hoje, quase 11 anos mais tarde, parece que o modelo brasileiro para a educação pós-graduada está emergindo e consiste de uma primeira fase altamente estruturada (o mestrado, influenciado pelo exemplo norte americano) e um segundo nível mais flexível com base tutorial (o doutorado, que se aproxima do modelo europeu). No Brasil, os dois modelos tradicionais estão integrados de uma maneira complementar, produzindo sinergias únicas entre duas abordagens cuja origem é distinta histórica e geograficamente. Em minha opinião, a abordagem “híbrida” da escolaridade pós-graduada tem grande potencial. Posso predizer que aqueles que estudam a educação pós-graduada em um contexto de educação comparada/internacional em breve farão referências ao “modelo brasileiro”.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, P. G. (Ed.). **International Higher Education: an Encyclopedia**. New York: Garland, 1991.
- BARNES, G. A. **The American University: a world guide**. Philadelphia: ISI Press, 1984.
- BOAVENTURA, E. M. **A segunda casa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. **As etapas do doutorado**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1994.
- _____. **Universidade e multiuniversidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1986.
- KURION, G. T. **Yearbook of American Universities and Colleges**. New York: Garland, 1988.
- NATIONAL EDUCATION Association. **The NEA Almanac of Higher Education**. Washington, DC: NEA, 1998.
- NERAD, M.; RAYMOND, J.; MILLER, D. S. (Ed.). **Graduate Education in the United States**. New York: Garland, 1997.
- PERKINS, J. A. (Ed.). **Higher Education: from autonomy to systems**. Washington, DC: Voice of America, 1973.